

## A (teo)política do Apocalipse



Por Benito Eduardo Maeso\*

*Os elementos deste messianismo à brasileira sempre estiveram difusos e latentes na sociedade e se manifesta hoje num estado de guerra permanente na política*

Um evento com a dimensão da pandemia de COVID-19 permite analisar melhor um contraste específico da sociedade brasileira: se a afirmação de que a construção da figura do líder no imaginário social de uma população segue uma dinâmica religiosa/salvacionista pode parecer hoje em dia um terreno já explorado, o surgimento de uma ameaça às formas de vida e à lógica de organização da sociedade contemporânea – na qual capitalismo e religiosidade imbricam-se na denominada Teologia da Prosperidade – desencadeou aqui um conjunto de reações que permite avaliar que tal processo teológico-político[1] ingressou em uma fase mais explícita, que pode ser apelidada de (teo)política[2] do Apocalipse.

É importante marcar, então, de forma clara o que está sendo dito com Apocalipse neste contexto. Ainda que o Livro das Revelações tenha acumulado uma imagem de horror e medo com o passar dos séculos, e que saibamos que livros de profecia e escatologia tenham no hermetismo de suas imagens um de seus pontos fortes – o que possibilita as mais diversas interpretações do texto – o que nos interessa são dois fatores centrais no texto: a luta entre bem e mal e a imbricação entre as ideias de destruição e renascimento. Os eventos revelados como sinais do fim dos tempos são cruciais e condições necessárias para a chegada da recompensa aos que creem, cujas almas serão perdoadas e que terão a tarefa de reconstruir o mundo (ou ser acolhidos em um mundo divino já preparado para recebê-los).

As raízes teológicas da cultura política brasileira – e, por extensão, das produções sociais, intelectuais e artísticas – são especialmente visíveis no par conceitual-histórico providencialismo e messianismo já habilmente destrinchado por Chauí (1994): o Brasil como terra prometida, a-histórica e pertencente ao reino da Natureza (o “gigante” e o “paraíso”), cujo regente é o escolhido pela divindade para salvar o povo devoto. O governante, nomeado pelo Alto, pode ser tanto o redentor ansiosamente esperado como a provação final antes do grande arrebatamento. Na produção cultural, da poesia parnasiana à parte da produção acadêmica das Humanidades, mostra-se, em diferentes intensidades, um pano de fundo da projeção de (ou do retorno a) uma era intocada, a esse mito do *eden brasilis*, a uma solução telúrica capaz de reconfigurar as relações confusas de um país em eterna crise de identidade. Como diria Paulo Leminski, “bem lá no fundo a gente gostaria de ver nossos problemas resolvidos por decreto” (2013, p. 195). Uma era na qual o tempo não flui, preso em um eterno Agora, desde a carta de Pero Vaz até o *slogan* de sermos o país “do futuro”.

Mas o ponteiro se mexeu. O futuro chegou, pois o apocalipse, o tempo da batalha definitiva entre bem e mal, é o aqui e o agora, ao menos para um contingente populacional que não somente tem a ideia da guerra “contra tudo e contra todos” como retórica: a adotou como modo de vida.

# a terra é redonda

É necessário lembrar que não há, nesta natureza-paraíso denominada Brasil, nem mesmo a possibilidade de um pacto social aos moldes hobbesianos, quando a política nasce como filha do medo. Neste grande “Oriente” não existe sociedade, apenas “povo” e quem o Altíssimo “escolhe” para representa-Lo. Há, nesta narrativa fundadora do imaginário brasileiro, tanto o componente providencialista já descrito como a presença de um elemento do messianismo no qual nossas existências no país tropical abençoado por Deus e bonito por natureza são o tempo de espera dos “sinais dos tempos”. Conforme Chauí,

O tempo do fim, prelúdio da era messiânica dos mil anos, é anunciado por sinais – peste, fome, guerra, morte, tirania, flagelos em geral, desgraças trazidas pelo governante injusto que figura o Anticristo – e pela vinda daquele que realizará os primeiros combates e criará a comunidade dos justos e santos para receber o Cristo em glória e majestade. (...) Um elemento essencial nessa perspectiva do milênio é a figura do combatente que prepara o caminho de Cristo: recebendo nomes variados, como Papa Angélico, Imperador dos Últimos Dias, o Encoberto, o Encantado (denominações dadas, por exemplo, a D. Sebastião e retomadas por Antônio Conselheiro, entre outros), o pré-salvador surge nas vestes do dirigente messiânico em quem são depositadas todas e as últimas esperanças. (1994, pag. 7-8)[3]

Ora, se no imaginário de parte da população brasileira sua existência é o tempo de espera para o Armageddon, a ocorrência desses sinais do Fim se dá precisamente durante a vida destes indivíduos. Toda crise, todo problema, toda carestia (elementos comuns e constantes na crise “eterna” da sociedade brasileira) podem ser vistos como a anunciação do momento final, do instante do desenlace das forças presentes no último livro do Novo Testamento (ainda que nem todas e todos sejamos cristãos, tais simbologias, o caldo cultural desta religião e deste estado pré-apocalíptico são elementos constitutivos de nossa compreensão de mundo). No fundo, somos uma sociedade – e somos indivíduos – sempre às vésperas dessa redenção, lidando diariamente com a dicotomia entre a derrocada total e a salvação da lavoura.

Este ideário funcionou eficazmente como ferramenta de pacificação social por um tempo considerável, pois para uma elite essa narrativa funcionava como justificativa para seus privilégios “em vida” (visto que viveríamos em um paraíso fora do tempo, não há conflito ético ou moral em receber todas as benesses, o leite e mel, a recompensa eterna enquanto eterno instante do presente – a despeito da existência, na mesma população, dos desvalidos à espera do seu dia de serem agraciados pela Providência) e para o restante da população a lógica de “quanto maior a tribulação, maior a recompensa posterior” fundamentava cada uma de suas ações. Quem nunca ouviu com orgulho a história de que o brasileiro sempre dava o seu “jeito” na crise? Ou seja, livrava-se do Mal?

Mas o messianismo populista brasileiro – modo político presente em nossa realidade social, por exemplo, em Canudos, Contestado e na herança do sebastianismo, que versa sobre a chagada do tempo de libertação e cristaliza o profeta como o Arauto do Fim que conduzirá seu povo em segurança – passa a funcionar em modo de guerra graças a uma conjunção de fatores que acabou por precipitar o colapso do caráter pacificador desta mentalidade. São eles:

a) a ascensão e capilarização de uma visão peculiar (para dizer o mínimo) do cristianismo, calcada nas ideias do estabelecimento de uma relação comercial com a divindade, na qual a Graça é recebida de acordo com a oferta dada, e de um conflito permanente entre o povo eleito e o mundo secular[4].

b) O afloramento das tensões sociais que eram mascaradas pela narrativa da paz perpétua entre os cidadãos brasileiros, notadamente pelo arco de oportunidades para determinados segmentos da sociedade e a diminuição da desigualdade socioeconômica, que provocou em outro segmento social a sensação da perda de seu lugar de “direito” no paraíso.

c) A crise da política representativa, culminada no golpe de 2016, que foi turbinada pelo estabelecimento de uma narrativa “bem X mal” e resultou em um vácuo no lugar e no papel tradicionalmente ocupados pelo Escolhido. O imenso esforço feito – e mal sucedido – na tentativa de restaurar a “ordem” na qual o nomeado pelo Alto pertencia automaticamente às classes “proprietárias” do *eden brasiliis* aplinou o caminho para um novo tipo de “salvador”, o que governa pela espada, não pela paz. Um Messias “invertido” de dois rostos, de identidades intercambiáveis que garantem sua coerência externa ainda que

seus expoentes possam se dissociar, simultaneamente judaico e cristão que lidera o Combate e preside ao Julgamento [5]. Mesmo aparentemente dissociados em certas situações, ou amalgamados em um confronto de lideranças, sua matriz é idêntica: a união entre a espera/chegada do Escolhido – e sua chegada sendo a chancela de um conjunto de preconceitos e julgamentos sociais por parte de seus componentes.

Assim, a profecia brasileira parece ter dado passos decisivos para seu estágio final: o confronto nas planícies de Har Meggido. Os elementos deste messianismo à brasileira sempre estiveram difusos e latentes na sociedade: o poder nas relações pessoais exercido como tutela sobre o Outro e o clientelismo derivado disto, o poder sem mediações cristalizado no Escolhido, a satanização ou divinização da figura de liderança e a imbricação entre estrutura familiar e estrutura político-social, mantendo o poder parental, permeados pelo mito fundador de uma sociedade paradisíaca e fora da História. A radicalização deste quadro – a materialização do morobolsonarismo – é a galvanização, em um objeto, deste conjunto de fatores tensionados pelo confronto de forças políticas, sociais, psicológicas e econômicas. Responder questões como o porquê do morobolsonarismo – um sistema político em estado de guerra permanente, de tensionamento do tecido social até o ponto de quase ruptura constante – ganhar corpo entre as classes mais baixas passa por compreendermos que a percepção gerada por este tipo de relação líder-povo (onde o líder é visto ao mesmo tempo como transcendente ao povo e como um entre iguais, dando a sensação de que agora o povo é o Escolhido) é a de que o momento da redenção chegou. Quanto maior a crise social, econômica, ambiental, política, etc., maior a narrativa, alimentada pelo neopentecostalismo neoliberalizante e por uma máquina de propaganda muito eficaz, de que a hora da recompensa está às portas de acontecer.

Da mesma forma, explicar o impulso suicida de parte de uma classe alta e média, descrito com precisão por Safatle (2020), exige colocarmos em tela os conceitos de Redenção e Graça (a libertação do gênero humano pelo Cristo e o dom dado por Deus aos homens que os habilita a alcançar a salvação[6], como no Salmo 130, onde o Senhor vem libertar Israel – e todo aquele que crê – de toda a sua *culpa* por atos iníquos). No imaginário que permeia a construção da sociedade brasileira, pia e pecadora, sincrética e fiel, viver no paraíso (ou às margens da grande Babilônia) permite ultrapassarmos a linha de quando em quando, pois ao realmente fiel o perdão é horizonte de expectativa. Logo, toda transgressão é justificada pelo plano maior, abrindo espaço para a discrepância entre o discurso moralizante e a prática amoral e/ou aética, pois a ação é objeto de reflexão apenas sobre seus meios, não sobre seus fins.

Um elemento fulcral do fascismo, então, sempre esteve presente na teologia política brasileira: a coincidência entre o desejo do líder e o desejo do Alto, seja este qual for. Submeter-se ao Poder dá a expectativa ao crente de fazer parte dele. Conforme Adorno, em seu estudo da década de 1950 sobre a Personalidade Autoritária, tal mecanismo pulsional e de satisfação de desejos explícitos ou implícitos é facilmente reconhecível tanto na adoração cega a um líder como nos micropoderes das estruturas burocráticas.

um homem que relata que a experiência mais inspiradora para ele teria sido “apertar a mão do presidente” provavelmente encontra sua gratificação não apenas na submissão, mas na ideia de que parte do poder do grande homem, por assim dizer, impregnou-se nele, de modo que ele é uma pessoa mais importante por ter “apertado a mão dele” ou por “tê-lo conhecido” ou por ter “estado lá”. O mesmo padrão de gratificação pode ser obtido ao atuar no papel de “lugar-tenente” ou ao desempenhar uma função em uma posição intermediária em alguma hierarquia claramente estruturada, na qual sempre há alguém acima e alguém abaixo. (Adorno, 2019, p. 153)

A convicção de que o Covid não atingirá os manifestantes das carreatas – ou que eles sobreviverão à pandemia, o que os autoriza ao paradoxo de pedir o fim do isolamento social em eventos nos quais mantêm a distância mínima recomendada pela OMS e utilizam equipamentos de proteção individual – não tem apenas o folclórico desprezo pelo pobre ou a pretensa segurança de seus carros e do acesso a leitos particulares de hospital como explicação: a chave deste comportamento é a ideia de redenção contida na promessa de que os caídos na batalha final ressuscitam diretamente no Paraíso, ao lado dos anjos, após a vitória contra o mal – no caso, contra tudo que ameaça a narrativa apocalíptica salvacionista.

É sempre o “suicídio do outro”, ao final. A morte como elemento de separação entre os que merecem a salvação por

# a terra é redonda

“direito” e os que não se “esforçaram o suficiente” para isto. Está aqui uma chave de como o discurso econômico – o trabalho, a meritocracia, a “preservação” da economia e empregos, etc. – é a máscara ideológica da pulsão de morte e ressurreição em operação neste quadro. Morrer na batalha final é renascer no Paraíso.

O bolsonarismo assumiu agora todas as características de uma seita cujos membros estão dispostos a seguir seu líder incondicionalmente, até a morte. Esse culto à morte está se tornando cada vez mais evidente nas manifestações dos bolsonaristas. Um caixão é carregado alegremente; no meio de uma pandemia, expõe-se a si mesmo e a outros ao perigo de um contágio e se grita: “A covid-19 pode vir. Estamos prontos para morrer pelo capitão.” Como em todos os cultos religiosos, as contradições são ignoradas. (Lichterbeck, 15/04/2020)

O caso Mack, analisado por Adorno, pode fornecer uma interessante chave neste sentido. Além da já conhecida busca de similaridade e alinhamento com figuras de liderança que caracterizariam a submissão autoritária, “é em sua admiração pelo poder e em sua disposição em se submeter a ele, e não em um desejo qualquer de ser um líder agressivo, que reside sua disposição para o fascismo” (Adorno, 2019, p. 226). Quer dizer, a força é objeto de admiração e fascínio por si mesma, sem a necessidade de que isso seja uma demonstração de um desejo oculto em oprimir (ainda que este também exista). E alguma admiração, fascínio e amor podem ser maiores, para aquele que crê, do que aqueles que são voltados ao Objeto de sua fé e ao arauto escolhido por Aquele em que crê?

O gatilho que aumenta a velocidade desses processos na teopolítica brasileira é a chegada de uma ameaça que não conhece fronteiras, classes ou barreiras, o que cumpre mais um passo do ritual apocalíptico brasileiro: a Peste. Na política do apocalipse, temos a Guerra contra inimigos de todos os matizes (a Esquerda, a Pabllo Vittar, a ideologia de gênero, a ciência, as vacinas) e a Fome (como resultado do descaso programado e a ausência de políticas públicas para a defesa dos mais necessitados, do desemprego e da destruição dos modelos econômicos anteriores pelo neoliberalismo selvagem). Agora é a vez da Peste, antes da chegada da Morte e do Reino de Mil Anos. Vencer a Peste é mais do que cuidar da saúde, é ser peça ativa na clivagem entre justos e danados. É confirmar sua posição dentro do povo eleito. Mas, se muitos serão chamados e poucos os escolhidos, somente chegará ao céu aquele que mais fielmente cumprir os desejos do Messias, e cada inimigo – concorrente, pobre, minoritário, etc. – que fique pelo caminho facilita esta “escolha” por parte do líder. Afinal, ao Mal (ao Outro) devota-se somente o desprezo (de classe, por exemplo) e ninguém quer ser escolhido por último para jogar no time da escola.

\***Benito Eduardo Maeso** é professor do Instituto Federal do Paraná (IFPR).

## Referências

ADORNO, Theodor. *Estudos sobre a personalidade autoritária*. São Paulo: Editora Unesp, 2019

BÍBLIA ONLINE, disp. em <https://www.bibliaonline.com.br/acf/sl/130>. Acesso em 22 abr 2020 17:57

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Espinosa: uma filosofia da Liberdade*. São Paulo: Moderna, 2003

\_\_\_\_\_, Raízes teológicas do populismo no Brasil: teocracia dos dominantes, messianismo dos dominados. In: DAGNINO, E. (org.) *Anos 90: Política e Sociedade No Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1994.

LEMINSKI, Paulo. *Toda poesia*. 3ª edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2013

LICHTERBECK, Philip. A seita que ameaça arrastar o Brasil para o abismo. Publicado em 15/04/2020. Disp. <https://www.dw.com/pt-br/a-seita-que-amea%C3%A7a-arrastar-o-brasil-para-o-abismo/a-53137684>. Acesso em 17 abr 2020 14:56

SAFATLE, Vladimir. *Bem-vindo ao estado suicidário*. São Paulo : n-1, 2020

\_\_\_\_\_, Preparar-se para a guerra. Artigo. El País, 20/04/2020. Disp. em <https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-04-20/preparar-se-para-a-guerra.html>. Acesso em 20 abr 2020 12:50

## Notas

[1] Esta expressão, retirada de Espinosa, é abordada pelo autor hispano-holandês com o intuito de explicitar a incoerência da construção de estruturas políticas, a partir da Modernidade, com fundamentos que reproduzam elementos religiosos. Conforme explicado por CHAUÍ (2003), a teologia – interpretação das Escrituras ou de livros sagrados – é, em sua matriz, criada para ser exercício de poder ao estabelecer um conceito prévio de Verdade. Não existe teologia que não seja política. Porém, a partir da separação prática entre religião como vida privada e política como vida pública, é aberrante e violento que a teologia exista como elemento constitutivo de estruturas de poder. Para Espinosa, o estado teocrático hebreu é localizado no tempo e não pode ser replicado em nenhum outro momento histórico. Se a religião cristã – caracterizada pela interioridade – se liga com a política, como no caso dos reis ungidos pelo papa, deixa de ser cristianismo. Uma república digna do nome – ou seja, uma organização social na qual a religião é questão de foro íntimo – não pode ter tais elementos em sua constituição. No Brasil, essa associação nunca foi completamente desfeita – assim como em outros países da América. Logo, nunca fomos uma república de forma completa.

[2] Um amálgama entre as raízes teológicas da política brasileira, conforme o estudo de CHAUÍ (1994) e seu eco na influência das igrejas neopentecostais e da Teologia-Ideologia da Prosperidade no tecido social brasileiro contemporâneo, acompanhado pelo caráter de identificação entre líderes totalitários (ou messias) e preconceitos latentes na população que os seguem (cfe. ADORNO, 2019)

[3] A numeração das páginas deste texto de Chauí seguirá a do arquivo original compartilhado pela pensadora com o autor do texto, visto que a edição do livro onde o texto saiu originalmente está esgotada há décadas.

[4] Ainda que a capacidade de adaptação e operação deste “povo eleito” ao mundo dos homens seja extremamente eficaz: do Arraial Gospel à capilaridade das redes sociais, a “cristianização” do mundo secular – elemento da Teologia do Domínio – é reforçada pela postura apocalíptica inspirada no Antigo Testamento assumida por pastores e líderes destas comunidades. O messianismo professado por tais líderes ecoa simultaneamente elementos do judaísmo (onde o Salvador AINDA NÃO veio) e do cristianismo (com a promessa de seu retorno). Assim, a figura do messias é dupla. Tais temas serão desenvolvidos posteriormente.

[5] É bom lembrar que o simbolismo do Reino de Israel e sua conversão ao cristianismo como preparação ao Grande Julgamento do Mundo é extremamente poderoso dentro das denominações cristãs mais ativas neste processo de dominação sociocultural, tanto onde este teve origem (EUA) como no Brasil. O “Templo de Salomão” não é apenas uma figura de linguagem. Também é importante lembrar que diversos expoentes da Operação Lava-Jato promoveram, em palestras, pregações e cultos, a narrativa de serem os portadores da espada da Justiça contra a materialização do Mal (Lula, esquerda, PT, etc.). O lavajatismo morobolsonarista preenche ambas as categorias levantadas acima.

[6] Vale salientar que esta postura salvacionista não é, necessariamente, desejada apenas pelos crentes na divindade judaico-cristã. A ideia de buscar em elementos extra-mundo, no sobrenatural, as chaves para a vida nesta sociedade e que por meio de tais elementos a nossa realidade fática seria redimida em algum nível é deveras sedutora. Fala-se aqui de uma disposição pessoal e cultural, ou de um *ethos*, que tem em si o elemento salvacionista.